



18º Congresso Brasileiro de Sociologia  
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

**GT 16 - Economia Social e Solidária Alternativas de Trabalho e Mobilização Coletiva**

Título do Trabalho **ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E MOBILIZAÇÃO COLETIVA: participação, trabalho em redes e cidadania**

Carlúcia Maria Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais/Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves

# **ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E MOBILIZAÇÃO COLETIVA: participação, trabalho em redes e cidadania**

Carlúcia Maria Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais/Faculdade de  
Políticas Públicas Tancredo Neves <sup>1</sup>

## **Resumo**

Nas últimas décadas, importantes transformações têm ocorrido no mundo do trabalho, impactando parcelas crescentes da classe trabalhadora. Tais mudanças possibilitaram a emergência do trabalho cooperado e associativo e aumento de trabalhadores desempregados, que excluídos do mercado de trabalho, recorrem a atividades informais como alternativas de trabalho e renda. No Brasil, as iniciativas de economia solidária, organizadas sob os princípios da solidariedade e autogestão, têm encontrado entre as populações excluídas do mercado de trabalho formal, um vasto e fértil campo de ação, no qual desigualdades de gênero e de raça/cor se fazem cada vez mais presentes. O presente trabalho analisa ações extensionistas desenvolvidas pela Universidade do Estado de Minas Gerais, com catadores de materiais recicláveis. Essas ações contam com a participação de docentes e discentes dos cursos oferecidos pela Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves. O estudo feito aponta o protagonismo desses trabalhadores, em sua maioria mulheres negras, mães e/ou avós chefes de família, que no trabalho da reciclagem conciliam o cuidado da casa, dos filhos e/ou netos, constroem sociabilidades, transformam o lixo em ferramentas de cidadania. Neste protagonismo foi possível visualizar também dilemas e desafios em suas lutas por trabalho, cidadania e reconhecimento. O trabalho de pesquisa/ação, ainda em curso, tem impactado positivamente os envolvidos neste Projeto e possibilitado a relação dialógica entre a Universidade e a Comunidade alvo, possibilitado assim, numa perspectiva interdisciplinar, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os resultados apontam o fortalecimento da identidade laboral desses trabalhadores enquanto agentes ambientais, a consciência do direito a ter direitos e a ressignificação do lixo em ferramentas de cidadania. Apontam também a necessidade do fortalecimento da luta política em torno da consolidação da tecnologia social da reciclagem solidária, frente a tecnologias que tendem a eliminá-los da cadeia produtiva da reciclagem

**Palavras-chave:** Trabalho, Economia Solidária, Inclusão socioprodutiva, Cidadania, Reconhecimento.

## **Introdução**

Estudos apontam que a partir da crise da sociedade salarial, perde-se a inserção na condição de assalariado e o desemprego torna-se a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego. Um

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda em Psicologia Social (UFMG/FAFICH) doutora e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS) e graduada em Direito, também pela PUCMINAS. Participa do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (LAB-TRAB) e do Instituto de Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania (Instituto IDH). Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais e coordenadora do Núcleo de Extensão da Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves. Endereço: Rua Major Lopes, 754, São Pedro, Belo Horizonte/MG. Tel.: +55 31 3194 2521; +55 31 99509 4494. Email: [carlucia.maria@gmail.com](mailto:carlucia.maria@gmail.com)

processo central “comandado por novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capital moderno” em que a “desestabilização dos estáveis”, marcada pela descontinuidade do trabalho, torna-se a base fundante e o desemprego, a precarização do emprego se insere na dinâmica da modernização. (CASTEL, 1998, p. 526). Nova/antiga questão social que no processo modernizador carrega consigo a mesma amplitude e complexidade daquela instaurada no início da Revolução Industrial. Novas configurações que se desdobram em transformações sociais e econômicas, elevam o desemprego e a redução da renda dos pobres urbanos, restando a esses grupos vulneráveis, a ocupação em áreas relativamente homogêneas e distantes. Isolamento social, privação econômica e segregação socioespacial são as consequências mais frequentes. Cresce o número de trabalhadores na condição de “prestadores de serviços”, sem vínculo empregatício, nem estabilidade, despojado de segurança e proteção social.

Os catadores e catadoras de materiais recicláveis se inserem neste contexto. Desprovidos da qualificação exigida e excluídos do mercado de trabalho formal, são estigmatizadas por viverem em condições precárias, alheias aos padrões de sociabilidade estabelecidos pelas classes privilegiadas e dependentes de serviços sociais. Vistos como perigosos, são superexplorados como mão de obra barata em ações sociais direcionadas à contenção de seus supostos efeitos negativos, e não na resolução da matriz geradora de desigualdade social, subdesenvolvimento e subcidadania.

Na visão de Silva (2008) e Silva (2014), esses homens e mulheres sempre foram excluídos do mercado de trabalho, pois no nascedouro da nova ordem econômica e social, se viram entregues à própria sorte. E assim, carentes de participação sociopolítica e desprovidos de organização familiar e vínculos comunitários, restam-lhes apenas o exercício de ocupações degradantes, própria de sua condição escravocrata anterior. A reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é o que estrutura o conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado. Nesta lógica é possível compreender as razões pelas quais, aos catadores e catadoras de recicláveis, pobreza e marginalidade social são legados que lhes

cabem como herança histórica, reafirmada no abandono tanto por parte dos antigos senhores de engenhos e de escravos, como também das instituições sociais e políticas.

O presente trabalho analisa, a organização de catadores e catadoras de recicláveis na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que orientados pelos princípios e valores da economia solidária, buscam no trabalho cooperado superar as desigualdades por eles vivenciadas em suas lutas por trabalho, cidadania e reconhecimento. As reflexões aqui apresentadas resultam de acompanhamento a organizações de catadores em associações e cooperativas e da observação direta sobre suas estratégias de lutas.

Os resultados apontam o fortalecimento da identidade laboral desses trabalhadores enquanto agentes ambientais, a consciência do direito a ter direitos e a ressignificação do lixo em ferramentas de cidadania. Apontam também a necessidade do fortalecimento da luta política em torno da consolidação da tecnologia social da reciclagem solidária, frente a tecnologias que tendem a eliminá-los da cadeia produtiva da reciclagem. Além de uma breve introdução e as considerações finais, integram este artigo uma reflexão acerca da tríade trabalho, economia solidária e desigualdades, trazendo consigo uma discussão sobre desigualdades de gênero e de raça, enquanto condição histórica e marcada por exclusões e neste debate uma abordagem sobre os processos organizativos e sociopolíticos de catadores de recicláveis por inclusão socioprodutiva, cidadania e reconhecimento.

### **Trabalho, economia solidária e desigualdades**

Originária de organizações populares e sociais, a economia popular solidária ganha crescente importância nas últimas décadas, em decorrência das transformações ocorridas nas relações de trabalho e emprego e suas consequências para os trabalhadores. São vários os estudos afirmando que as experiências de economia solidária decorrem da crise do trabalho, conseqüente da reestruturação produtiva e capitalista que reduziu postos de trabalho e salários, potencializou a subcontratação, a terceirização e a flexibilização, substituindo assim relações formalizadas de emprego por novas e diversas modalidades de contrato de trabalho.

Estudos desenvolvidos por Silva (2009) e Silva (2014) apontam que a economia popular solidária recobre uma realidade heterogênea e diversa de iniciativas e motivações. Carrega consigo uma dupla tarefa: superar os limites colocados pela ordem econômica vigente e avançar na construção de novos parâmetros de organização e articulação. Subsiste nessas iniciativas uma tensão fundamental entre o possível e o desejável, uma vez que muitos de seus trabalhadores se encontram em condições precárias e sem trabalho. Essas iniciativas compõem a chamada “economia submersa”, constituídas em grande parte por mulheres, migrantes, negros, pessoas com deficiência física ou mental, idosos, adolescentes, pessoas com baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional que se refugiam na informalidade.

No campo da reciclagem, segundo Georges e Leite (2009) e Neves (2009), essas iniciativas são constituídas por grupos historicamente excluídos, socialmente vulneráveis e economicamente discriminados, providos de baixa escolaridade e desqualificados para o mercado de trabalho, o que de certa forma obstaculiza o crescimento de seus empreendimentos. O desemprego está na raiz dos problemas sociais e agrava as condições da pobreza. Ainda nesta reflexão, a economia solidária resulta da intensidade de fenômenos conjunturais, decorrentes da abertura indiscriminada do mercado brasileiro às importações e da adoção de uma política nacional de altas taxas de juros intensificados no início dos anos 1990. Nesse sentido, Kemp (2008) argumenta que “as iniciativas do associativismo econômico emergem justamente por se tratar de uma resposta muitas vezes de urgência ao grave problema do desemprego” (KEMP, 2008, p. 23).

Estudos recentes sobre a informalidade numa perspectiva de gênero vêm pautando a necessidade de repensar a informalidade, uma vez que atividades formais e informais marcam um novo padrão nas relações de trabalho. Araújo (2012), Araújo e Lombardi (2013), Georges e Leite (2012) e Neves (2009), dentre outros autores entendem que a chamada “nova informalidade” deixa de representar algo transitório e se constitui formas heterogêneas definitivas de relações de trabalho. A ausência de oportunidades no mercado contribui para que esses trabalhadores demitidos e sem possibilidade de retorno - mesmo possuindo boa qualificação e escolaridade - passem a integrar-se ao grande número de trabalhadores e trabalhadoras que

não conseguem outra forma de inserção no mercado de trabalho. E no caso das mulheres, estas se encontram segregadas em ocupações desprotegidas, mal remuneradas e instáveis, confirmando assim a permanência de uma hierarquia de gênero e de cor.

Não obstante aos avanços e conquistas, sobretudo após a Constituição Federal de 1988, as mulheres pobres enfrentam no seu cotidiano, a dificuldade em conciliar trabalho produtivo e reprodutivo, dificuldade em acessar programas sociais e políticas públicas, sobretudo políticas públicas voltadas para a preservação da vida dessas mulheres. Cresce a mortalidade de mulheres negras, evidenciando assim a desigualdade e marginalização decorrentes de “sua condição de gênero e seu pertencimento étnico-racial (SILVA, 2013, p. 252). Pobreza e exclusão que segundo Bandeira e Melo (2005) colore a geografia racial. Interessante observação feita por Xavier e Werneck (2013) sobre o papel reprodutor da mulher negra na sociedade capitalista, uma vez que nas condições em que essas mulheres se encontram, paradoxalmente reproduzem novos pobres, que por sua vez, na reprodução do trabalho estão condenados à reprodução e ampliação de sua condição escravocrata anterior.

### **Desigualdades de gênero e de raça: uma condição histórica marcada por exclusões**

As rápidas transformações no crescimento das cidades tem alterado não somente o modo de vida como também todas as fases da vida social e a cidade moderna é caracterizada pela concentração humana em agregados gigantescos de onde irradiam as ideias e os modos de vida da chamada civilização. Neste “mosaico de mundos sociais” (WIRTH, 1987, p. 97-113) a estrutura urbana expressa desigualdades de oportunidades, sendo os pobres os principais vítimas e sua densidade socioespacial determina um conjunto de variáveis que agregam e/ou separam os indivíduos, a partir de suas necessidades, compatibilidades e modos de vida. Sustenta Silva (2009), que neste “mosaico” a cidade apresenta contrastes, cuja densidade e heterogeneidade afetam o modo de vida urbano, dissemina e reforça a cultura do medo. e os pobres são cada vez mais estigmatizados como a origem e o

lugar da violência urbana. A esses homens e mulheres cada vez mais os direitos lhes são negados e como paredes (in)visíveis, barreiras e fronteiras não lhes permitem o acesso às vantagens oferecidas pela modernidade urbana.

Um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos é o crescimento das cidades e nelas os catadores de recicláveis se fazem cada vez mais presentes nas suas ruas, praças e baixios. Para Bhowmik (2002), viver da rua e na rua, sobreviver do lixo e como lixo, torna-se um cenário comum na cartografia das cidades. Esta realidade que, mundialmente se faz presente, denuncia o caráter global da exclusão dramática e perversa na qual milhares de pessoas permanecem marginalizadas. Caracterizados como indigentes e mendigos, quando não classificados como ladrões, infratores ou bandidos, aos catadores e catadoras de materiais recicláveis restaram apenas as lixeiras, as ruas, os guetos. Esses trabalhadores - maioria afrodescendente, nem sempre conseguem se integrar no mercado formal de trabalho, pois historicamente sempre estiveram excluídos. O trabalho que realizam é por muitos, caracterizado como trabalho sujo, asqueroso e degradante; e o preconceito de muitos, em relação às periferias e aglomerados, reforçam o argumento de que dizem resepito a gente mal afamada, malandros, sujos e preguiçosos. Carregam consigo o estigma de sua condição socioeconômica e escravocrata anterior. As condições de trabalho e de moradia em que se encontram reafirmam a histórica divisão social do trabalho.

Em Minas Gerais os catadores de recicláveis tem seu marco organizacional na década de 1990 e de antigos moradores de rua, fazem do papelão instrumento de trabalho e de geração de renda. Na década seguinte, despontam no cenário da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede Economia Solidária, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Colar Metropolitano e Estrada Real, (REDE CATAUNIDOS) e a Central Cooperativa Rede Solidária de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de MG (REDESOL-MG). Duas cooperativas de reciclagem, criadas para funcionar enquanto cooperativas de segundo grau, agregando um conjunto de organizações de catadores de

recicláveis. A Rede Cataunidos e a Redesol<sup>2</sup> são empreendimentos de catadores e catadoras de materiais recicláveis norteados pelos princípios e valores do cooperativismo, da autogestão e da economia solidária e tem como um de seus principais objetivos, melhorar as condições de trabalho, aumentar a renda, fortalecer a organização e a articulação dos catadores e catadoras de materiais recicláveis

Esses trabalhadores, contudo, têm buscado no trabalho associado e cooperativo coesão social, soluções compartilhadas, pertencimento e cidadania. A inserção na cadeia produtiva da reciclagem a partir dos princípios da economia solidária e a organização em redes tornam-se estratégias de trabalho, renda, fortalecimento de vínculos e consciência do direito a ter direitos. O trabalho em redes das associações e cooperativas de catadores de recicláveis nasce no contexto da experiência fundacional do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis e pouco a pouco vem se tornando uma importante ferramenta de participação e de fortalecimento da cidadania.

A presença feminina nas organizações de catadores é notória, bem como a liderança das mulheres, que direcionam processos de fortalecimento, organização e mobilização de seus empreendimentos. Uma presença qualificada, marcada pelo empoderamento de si e consciência participativa. O poder da liderança das mulheres se faz presente desde sua origem, uma vez que grande parte dessas mulheres iniciaram a tarefa da catação de recicláveis ainda na infância. Algumas delas têm trajetória de situação de rua e nos lixões, outras já trabalharam com carteira assinada. Todas têm orgulho do trabalho que fazem e grande parte dessas mulheres tem a pele de cor negra ou parda e nunca tiveram registro na carteira de trabalho.

Antes de se associarem nos empreendimentos de economia solidária, algumas delas foram profissionais do sexo, outras trabalharam em restaurantes como cozinheiras ou saladeiras, em padarias como balconistas, na varrição, faxina ou empregadas domésticas sem registro em carteira, vivenciando relações marcadas pela exploração, desrespeito e humilhação. Mulheres que também são mães e/ou avós com filhos ainda pequenos. Elas criam estratégias

---

<sup>2</sup> A Rede Cataunidos agrega trinta e quatro empreendimentos de catadores de materiais recicláveis. Já a REDESOL-MG, também presente na RMBH, reúne onze cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis



próprias de atuação, pactuam metas, horário de chegar, de sair, definem quem será o líder e, em geral, têm confiança absoluta em suas lideranças. O fato é que no trabalho associado tanto os homens quanto as mulheres reconstróem a identidade pessoal e profissional. O cuidado com a casa e os filhos possibilita conciliar trabalho e vida familiar e as atividades nos empreendimentos é fator importante de ajuda para esquecer “os problemas da vida”. Grande parte dessas mulheres são beneficiárias de programas sociais e trazem no corpo as marcas de sua histórica exclusão.

A violência e discriminação no mercado de trabalho, desigualdade de rendimentos, pobreza e precariedade no acesso a serviços públicos tais como: acesso à educação e à saúde são também fatores que reafirmam condições de inferioridade, semiescravidão e confirmam a assertiva de Xavier e Werneck (2013), de que “as conquistas por cidadãs e cidadãos de pele escura no Brasil não se realizaram com a mesma intensidade” (XAVIER; WERNECK, 2013, p. 258). As mulheres negras – esta “pluralidade de sujeitos singulares” têm em comum a experiência do racismo institucional e patriarcal, as sucessivas violações de direitos e suas consequências nas mais diferentes esferas (XAVIER; WERNECK, 2013, p. 262). Ainda nesta reflexão, as Autoras chamam atenção ao fato de que “das 11 milhões de famílias beneficiadas pelo programa bolsa família, em 2009, 7,3 milhões tinham como titulares pretos e pardos, enquanto 2,9 milhões tinham como titulares brancos” (XAVIER; WERNECK, 2013, p.264).

### **Processos organizativos e sociopolíticos de catadores de recicláveis por inclusão socioprodutiva, cidadania e reconhecimento**

A história dos catadores de recicláveis envolve transformações relacionadas ao reconhecimento da função social do seu trabalho e de formas de organização coletiva. Estudos apontam que as primeiras associações e cooperativas de catadores surgiram no Brasil no final da década de 80 e se multiplicaram posteriormente. A luta desses homens e mulheres, por trabalho e cidadania ganha força com a fundação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em 2001 e uma série de reivindicações são

pleiteadas, dentre elas, o reconhecimento e pagamento pelos serviços prestados na coleta seletiva.

No caso de Minas Gerais, mais especificamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, várias associações de catadores de recicláveis iniciaram processos de organização em redes de associações e cooperativas, visando maiores oportunidades e melhores condições de participação no mercado de recicláveis. Os processos organizativos e políticos dos catadores de recicláveis tem seu início com a fundação do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR), cuja fundação ocorre, em 2001, durante o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis realizado na Capital Federal. O evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras, tendo como documento final a Carta de Brasília.

A década 2000/2010, na visão dos catadores e catadoras de recicláveis é marcada por conquistas, acesso às políticas públicas e inclusão socioeconômica. Esses trabalhadores relatam nessas conquistas o reconhecimento da profissão Catador de Materiais Recicláveis e sua inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações<sup>3</sup> (CBO), pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a instituição do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais recicláveis (CIISC), em 2003, e sua representação de diversos órgãos do Governo brasileiro, o Decreto Nº 5.940, em 2006, que instituiu a Coleta Seletiva Solidária e no ano seguinte, em 2007, através da Lei nº 11.445/2007, permitiu ao poder público municipal contratar em seu município, cooperativas de catadores de recicláveis para coleta de resíduos sólidos, com dispensa de licitação. Três anos depois, em 2010, além da Instrução Normativa Nº 1, que dispõe critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública direta, autárquica ou fundacional foi sancionada a lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

A aprovação e sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em 2010 marca o início de uma forte articulação institucional, envolvendo a União, Estados, municípios, o setor produtivo e a sociedade civil na busca de

---

<sup>3</sup>Documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. O reconhecimento foi efetivado por meio da portaria 397, de 09 de outubro de 2002, sob o código 5192-05.

soluções para os graves problemas causados pela gestão inadequada dos resíduos. A Lei Federal de Nº 12.305/2010, a partir de uma visão ampla e sistêmica, lança um novo olhar sobre o desafio da sustentabilidade e o problema do lixo urbano e consagra a participação formal de catadores organizados em cooperativas. A logística reversa<sup>4</sup> é outro elemento fundamental, pois a partir do princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo da vida dos produtos, envolve não somente o poder público, mas também fabricantes e consumidores, distribuidores e comerciantes e um dos aspectos fundamentais no novo marco legal é a meta de acabar com os lixões.

A história organizativa e sociopolítica dos catadores de materiais recicláveis, no caso brasileiro, envolve transformações relacionadas ao reconhecimento da função social do trabalho e de formas de organização coletiva. A emergência da Economia Popular Solidária enquanto fonte de renda e de melhor qualidade de vida para os que sofrem os efeitos da lógica do mercado e dos processos de exclusão social vem sendo pautada na agenda de políticas públicas, ONGs, movimentos sociais, eventos em nível nacional e internacional. Os fóruns de economia popular solidária e o Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS) são também importantes espaços de discussão, articulação, troca de saberes, e de deliberação, que reúne entidades de apoio e fomento, gestores públicos, empreendimentos econômicos solidários, Universidade e organizações não-governamentais comprometidas com os princípios e valores da Economia Popular Solidária.

Para Silva e Oliveira (2013), além de trabalho, as iniciativas de catadores objetivam também recuperar pessoas. A articulação destes dois “produtos” – se é que podemos chamar assim, talvez seja a característica fundamental que mobiliza a luta deste movimento social, que não se apresenta, obviamente, sem contradições. As tensões e conflitos decorrentes deste dilema são vivenciados cotidianamente na organização do trabalho, na construção das regras e na gestão dos empreendimentos. Para Oliveira (2010), trata-se um dilema permanente e fundamental da Economia Solidária e na medida em que o atendimento às exigências referentes à contratação dos empreendimentos

---

<sup>4</sup> Por logística reversa, entende-se “um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento ou outra destinação ambientalmente adequada” (Lei 12.305/2010, art. 3º, XII).

tenta “enquadrá-los” em modelos incompatíveis com suas realidades, estabelecendo metas e padrões rígidos de produção e prestação de serviços, os conflitos tendem a se agravar, aumentando a precariedade das condições de trabalho e excluindo, mais uma vez, pessoas com maior grau de vulnerabilidade.

De acordo Santos e Dias (2012), a geração de resíduos representa, na sua gestão, grandes desafios e as tecnologias como a incineração, normalmente eufemizadas ou encobertas em conceitos genéricos como “tecnologias de aproveitamento energético”, ganham força e são permitidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos. As parcerias público privada (PPPs) expressam tais desafios e frente às complexidades da gestão dos resíduos urbanos, cada vez mais são apresentadas como soluções e alternativas aos problemas relacionados à falta de investimentos públicos e às supostas incapacidades do Estado para a gestão dos resíduos. As variáveis econômico-financeiras são mais valorizadas entre os critérios estabelecidos para a seleção, desconsiderando a possibilidade de desenvolvimento social, os riscos à saúde pública e mesmo a preservação ambiental. E como se não bastasse, a mobilização da sociedade em torno da discussão destas questões tem sido cada vez mais dificultada, em função dos aspectos pouco inteligíveis à maioria da população. A linguagem tecnicista adotada nos processos supostamente públicos de participação popular prejudica o debate, pois restringe as discussões e reforça a ideologia tecnocrática. Assim, embora sejam realizadas consultas e audiências públicas, a participação da sociedade nos processos de discussão e decisões torna-se cada vez mais restrita.

É nessa perspectiva que no Brasil as organizações de catadores têm promovido reuniões, encontros, seminários e debates, buscando compreender melhor as oportunidades e desafios da Política Nacional de Resíduos Sólidos. No entanto, a dinâmica de organização e gestão das cooperativas de catadores de recicláveis não é um processo simples. O funcionamento e a produtividade nestes empreendimentos, segundo Silva e Oliveira (2013) e Oliveira (2010), requerem integração dos aspectos técnicos e sociais, a conexão dos vários elos da cadeia de reciclagem e a capacidade organizativa dos catadores. A fase inicial de organização do empreendimento, bem como os períodos em que há um número maior de novos associados, exige de todos investimento afetivo

- além de investimento físico, no sentido de construir coesão no grupo a despeito de suas diferenças, de maneira que o permitam produzir coletivamente. Assim, o crescimento de uma cooperativa ou associação não é um processo que não se dá, por assim dizer, “da noite para o dia”. Além das condições internas para o funcionamento dos empreendimentos, o acesso dos trabalhadores aos recicláveis é condição fundamental para assegurar a viabilidade do trabalho.

### **Considerações finais**

A presença e organização das mulheres e suas iniciativas de trabalho em redes, cada vez mais são consolidadas não somente em Minas Gerais, mas também em outras regiões do Brasil. Se por um lado essas iniciativas representam a descoberta de novas estratégias organizativas, revelam também a perversidade do modelo capitalista de produção e consumo, que aprofunda cada vez mais atinge as mulheres, gera novas formas de segregação e contribui para que parcelas significativas da população permaneçam excluídas do acesso aos bens e serviços essenciais. Um cenário no qual desemprego estrutural e/ou novas configurações do mundo do trabalho, configure novas exclusões, reafirmando situações precárias anteriores. Neste cenário, trabalhadores historicamente excluídos permanecem na informalidade, submersos no trabalho precarizado e em condições de extrema vulnerabilidade.

A análise de dados, depoimentos e informações apresentadas possibilitou identificar, nesta articulação em redes, que essas mulheres trabalhadoras estão inseridas no mercado da reciclagem. No entanto, trata-se de uma inserção marcadamente informal e dependente. Entretanto, não obstante a tantas contradições, no trabalho cooperado, essas mulheres constroem saberes, ressignificam histórias de vida e resgatam sonhos. A consciência dos avanços conquistados,, melhoria da autoestima e senso de gratidão é patente.

Para os catadores e catadoras de recicláveis, o conjunto de leis e decretos referentes à Política Nacional de Resíduos Sólidos representa avanços e conquistas e reafirma a dignidade do trabalho exercido a céu aberto,

em horários variados e submetidos à violência urbana. No entanto, ainda que se reconheça a PNRS como uma conquista importante do processo de organização e luta dos catadores, é necessário realçar que ela, por si só, não assegura a participação efetiva dos catadores na cadeia produtiva da reciclagem, podendo, inclusive, fragilizar ainda mais se não forem oportunizados aos empreendimentos, condições reais de trabalho e adequada participação.

Priorizar a reciclagem e o estabelecimento da logística reversa são elementos importantes. No entanto, isto não implica necessariamente, a garantia da participação dos catadores na cadeia produtiva, uma vez que o mercado tende a atrair empresas capitalistas para atuarem na cadeia da reciclagem, inclusive na coleta seletiva. Assim, há o risco de que os catadores ocupem um lugar subalterno, que sirva para vender a imagem de responsabilidade social de empresas e governos com as quais estabelecem parcerias. E se a análise das tecnologias a serem implantadas na gestão dos resíduos não considerarem efetivamente aspectos socioambientais que justifiquem o investimento na coleta seletiva, corre-se o risco de que, mais uma vez, apenas as grandes empresas sejam beneficiadas. E assim sendo, o custo destes processos será distribuído para a sociedade atual e às futuras gerações.

Contudo, é inegável que estas iniciativas, embora frágeis, trazem consigo o potencial emancipador de trabalhadores, que a duras penas reinventam mecanismos de inserção socioeconômica, produtiva, participativa e política. E embora a trajetória desses trabalhadores tenha sido marcada por um conjunto de perdas e exclusões, as ações e interações por eles construídas se desdobram em outros processos, tendo em vista deslegitimar desigualdades, combater a naturalização de diferenças e fronteiras sociais e fortalecer a cidadania.

## Referências

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Informalidade e relações de gênero. In: GEORGES, Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. (Org.) **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2012. p. 135-172,

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisas**, v.43, n.149, p. 452-477, 2013.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. **A pobreza e as políticas públicas de gênero no Brasil**. Santiago: CEPAL, 2005. (Série Mujer y Desarrollo)

BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudo de caso de duas cidades na Índia. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002, p.369 – 400.

BRASIL. Decreto n. 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 de ago. de 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 611.

GEORGES, Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. Novas configurações do trabalho e economia solidária: democratização, inclusão ou precarização? In: GEORGES Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. (Org.) **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume; FAPESP, p. 13-30, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis**. Brasília: Ipea, 2013.

KEMP, Valéria Heloísa. Empreendimentos solidários: desafios para enfrentar a naturalização das desigualdades sociais. In: KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. (Org.) **Catadores na cenaurbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 23-48, 2008.

LEITE, Márcia de Paula. Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: GEORGES Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. (Org.) **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume; FAPESP, p. 227-269, 2012.

MATIAS, M. “Não nos lixem”: A luta contra a co-incineração de resíduos industriais perigosos nos arredores de Coimbra. SANTOS, B.S.(Org.) **Semear**

**outras soluções:** os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NEVES, Magda de Almeida. Dilemas dos empreendimentos solidários: entre a precarização e a inserção social. In: LEITE, Márcia de Paula, GEORGES, Isabel P. H. **Novas configurações do trabalho e economia solidária.** São Paulo: Annablume; FAPESP, 2012. p. 323-349.

NUNES, J.A.; MATIAS, M. Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: O caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 65, maio, p.129-150, 2003.

OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. **Processos de trabalho e produção de vínculos sociais:** eficiência e solidariedade na triagem de materiais recicláveis. 118f. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Carlúcia Maria. **Experiências de economia popular solidária na região metropolitana de Belo Horizonte:** observações, percepções e papéis de agentes mediadores e de atores sociais. 2009. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA. **Trabalho, cidadania e reconhecimento:** a Rede CATAUNIDOS e o protagonismo sociopolítico de Catadores de Recicláveis naRMBH. 2014. 395f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Carlúcia Maria; OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. Participação dos Catadores de materiais recicláveis na política nacional de resíduos sólidos e seus desafios. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7, 2013. São Paulo. USP. **Anais...** Brasil, São Paulo: USP, 2013.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. A condição do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil – 1995 a 2005. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. (Org.) **Catadores na cenaurbana:** construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 201-224, 2008.

SILVA, Nilza Iraci. As mulheres negras e as formas de indicadores sensíveis. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado:** uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Edito Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, p. 247-255, 2013.

VARELLA, C. V. S. **Revirando o lixo:** possibilidades e limites da reciclagem como alternativa de tratamento dos resíduos sólidos. 2011. Dissertação (Mestrado em engenharia de produção)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.



XAVIER, Lúcia; WERNECK, Jurema. Mulheres e trabalho: o que mudou para as mulheres negras no mercado de trabalho? In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Edito Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, p. 257-277, 2013.

WIRT, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G.(Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 97-113.